

EIXO 2 – ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

D 2.1 – Economia Brasileira (24h)

Palestra: Brasil Maior

Professor: Alexandre Comin

16, 20, 21, 23, 26 e 27 de setembro de 2011



Plano Brasil Maior **2011/2014**

Inovar para competir. Competir para crescer.

- **Foco e Prioridades**
- Contexto
- Dimensões do Plano Brasil Maior
- Estrutura de Governança
- Conjuntura Econômica Atual
- Principais Medidas
- Objetivos Estratégicos e Metas

Foco

- Inovação Tecnológica e Adensamento Produtivo

Prioridades

- Criar e fortalecer competências críticas da economia nacional
- Aumentar o adensamento produtivo e tecnológico das cadeias de valor
- Ampliar mercados interno e externo das empresas brasileiras
- Garantir um crescimento socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável

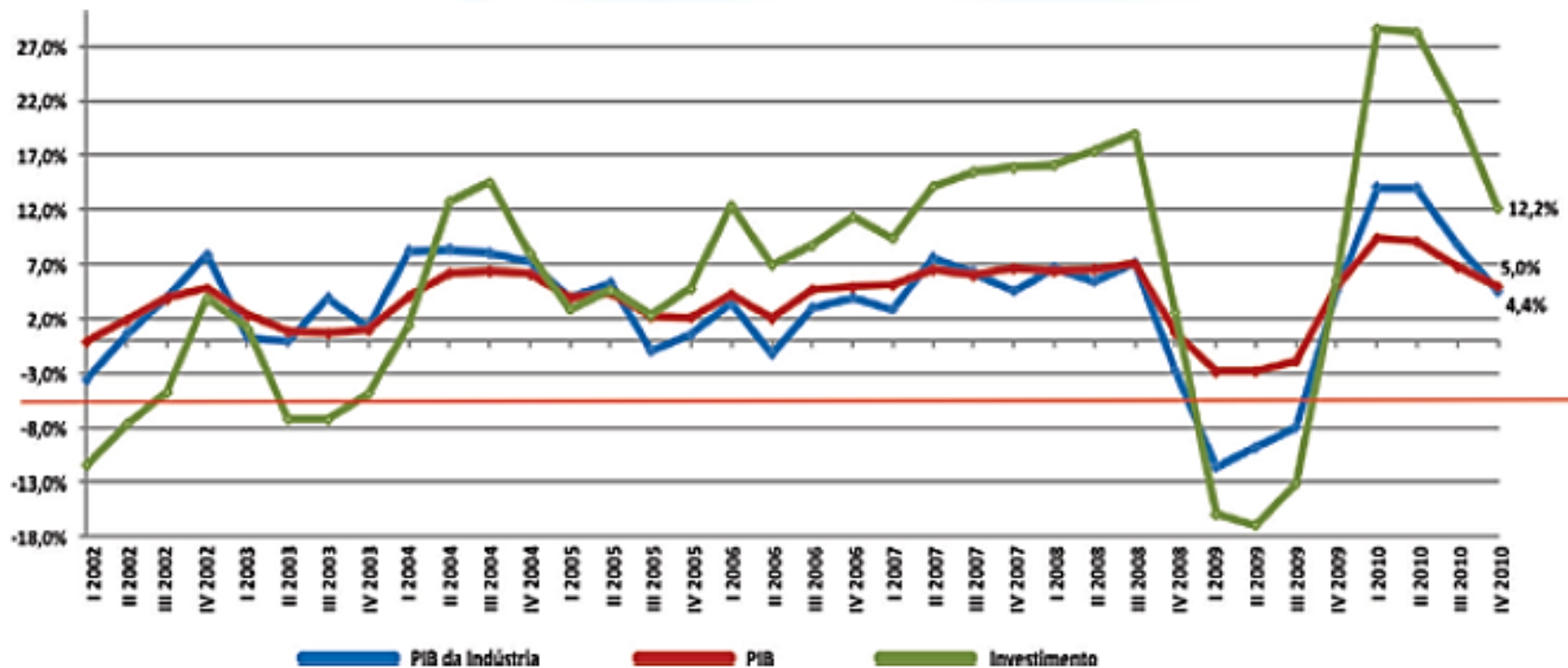
- Foco e Prioridades
- **Contexto**
- Dimensões do Plano Brasil Maior
- Estrutura de Governança
- Conjuntura Econômica Atual
- Principais Medidas
- Objetivos Estratégicos e Metas

- Mercado interno grande e dinâmico, com capacidade de sustentar o crescimento mesmo no contexto de crise dos países desenvolvidos
- Condições do mercado de *commodities* no curto e médio prazos, que possibilitam a manutenção do superávit da balança comercial
- Existência de núcleo de empresas inovadoras com capacidade de liderar processo de modernização produtiva
- Acúmulo de competências científicas com potencial para o desenvolvimento de produtos e serviços de alto conteúdo tecnológico
- Abundância de recursos naturais, domínio tecnológico e capacidade empresarial em energias renováveis e na cadeia de petróleo e gás
- Utilização das compras públicas e dos grandes eventos esportivos para alavancar novos negócios e tecnologias


Oportunidades

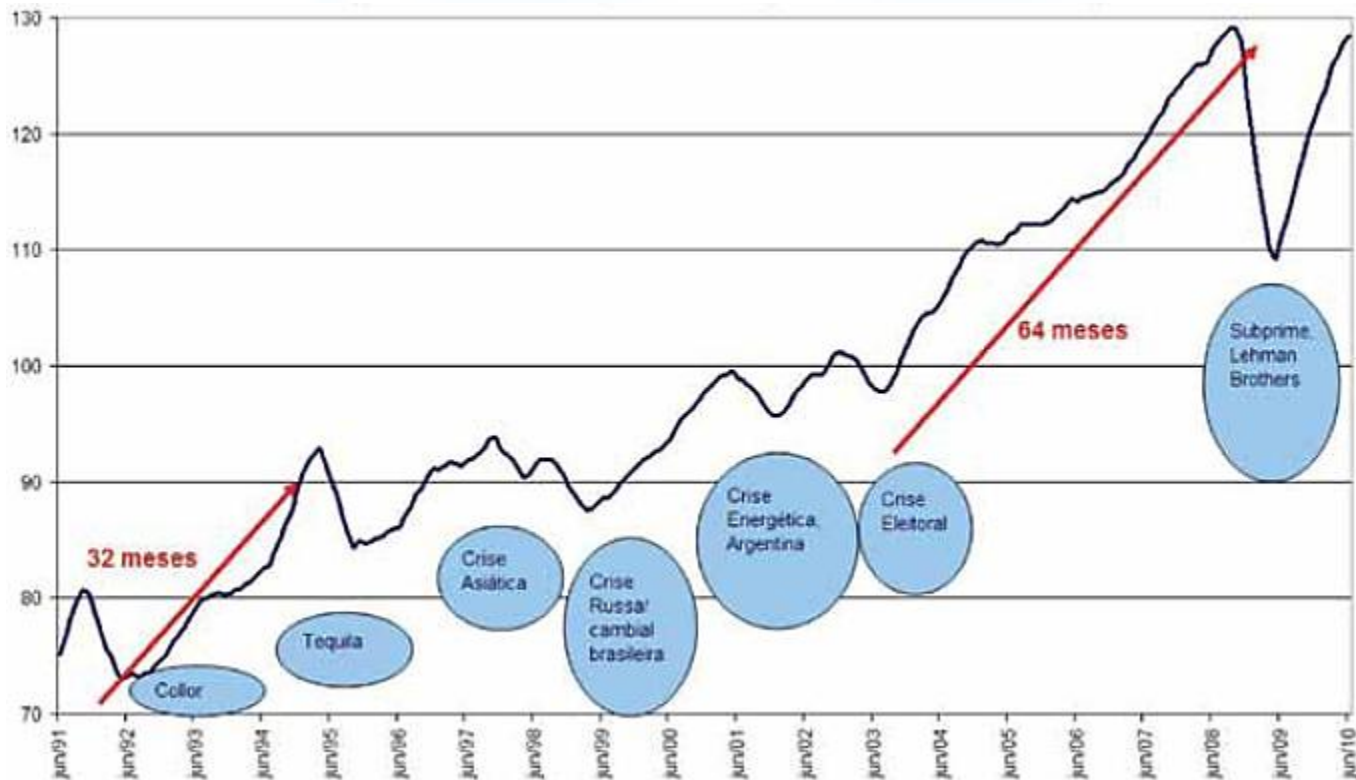


A evolução do PIB e do Investimento. Taxa de crescimento trimestral (t/t-4)



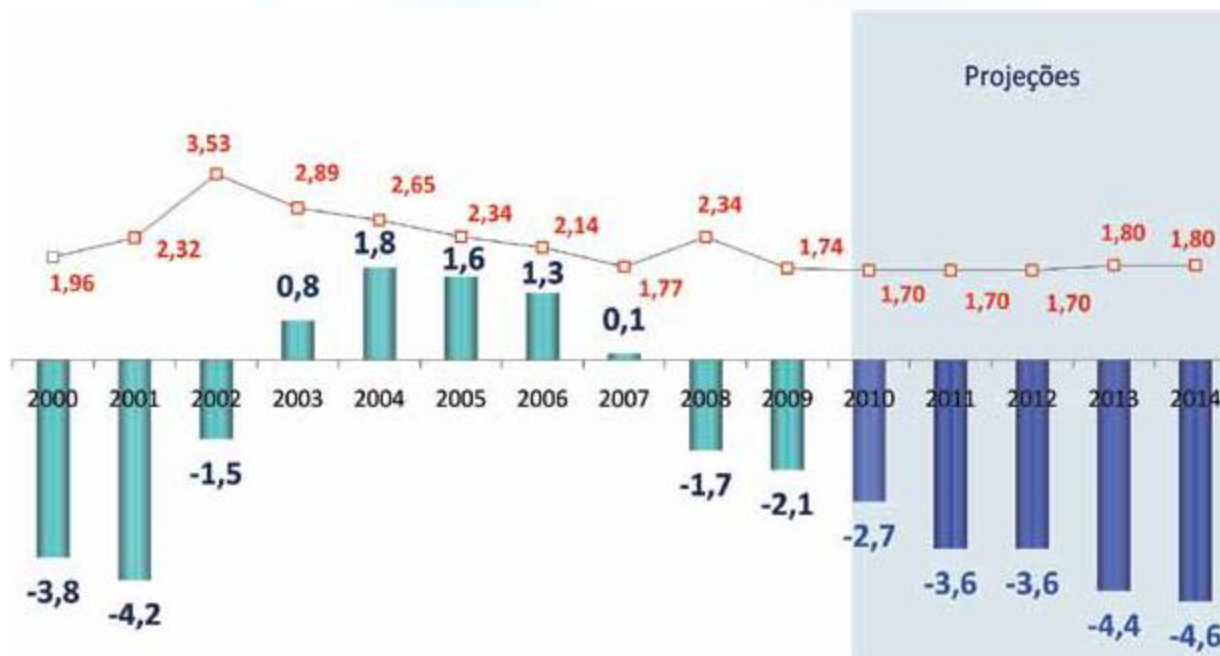
Fonte: Contas Nacionais/IBGE

Índice de Produção Industrial com Ajuste Sazonal (Médias Móveis Semestrais) - 2002 = 100



Fonte: IBGE

Transações correntes/PIB (em %) e Taxa de Câmbio Média Anual



Fonte: BCB e IBGE

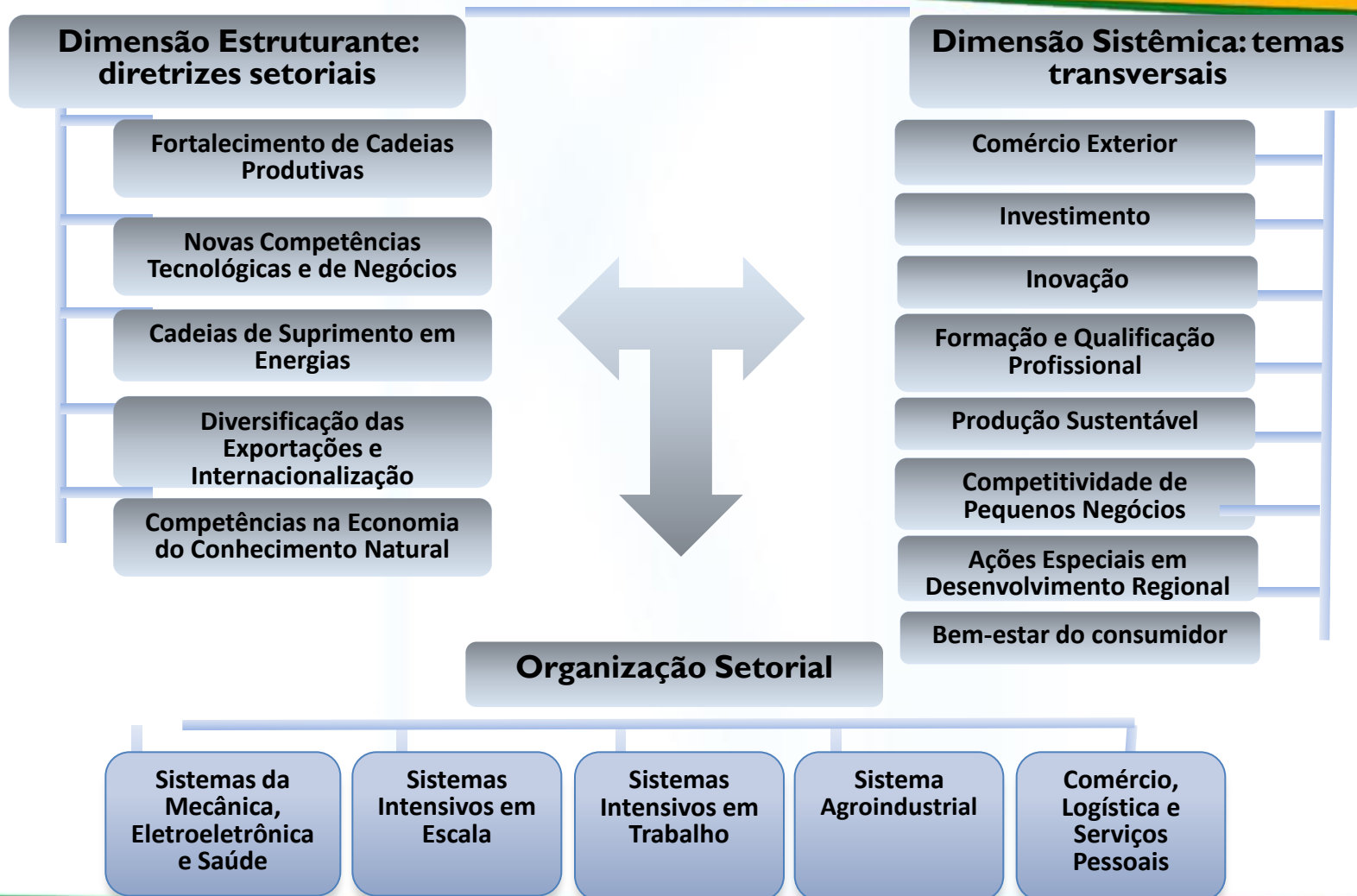
Desafios



- Intensificar a progressão tecnológica da indústria de transformação
- Combater os efeitos da “guerra cambial” e das incertezas do cenário internacional
- Enfrentar o acirramento da concorrência internacional nos mercados doméstico e externo
- Acelerar o investimento em infraestrutura física
- Impulsionar a qualificação profissional de nível técnico e superior, particularmente em engenharias

- Foco e Prioridades
- Contexto
- **Dimensões do Plano Brasil Maior**
- Estrutura de Governança
- Conjuntura Econômica Atual
- Principais Medidas
- Objetivos Estratégicos e Metas

Dimensões do Plano Brasil Maior - Quadro Síntese



Dimensões do Plano Brasil Maior

Dimensão Estruturante

Diretrizes para Programas Setoriais

- Fortalecimento de cadeias produtivas
- Ampliação e criação de novas competências tecnológicas e de negócios
- Desenvolvimento de cadeias de suprimento em energias
- Diversificação das exportações (mercados e produtos) e internacionalização corporativa
- Consolidação de competências na economia do conhecimento natural

Dimensões do Plano Brasil Maior - Organização Setorial

Sistemas da Mecânica, Eletroeletrônica e Saúde

Petróleo & Gás e Naval (cadeia de suprimento); Complexo da Saúde; Automotivo; Complexo de Defesa e Aeroespacial; Bens de Capital; TIC

Sistemas Intensivos em Escala

Químico-Petroquímico e Fertilizantes; Energias Renováveis; Minerio-Metalúrgico; Celulose e Papel

Sistemas Intensivos em Trabalho

HPPC; Calçados e Artefatos; Têxtil e Confecções; Móveis; Brinquedos; Complexo da Construção Civil; Serviços de apoio à produção

Sistema Agroindustrial

Agroindústria

Comércio, Logística e Serviços Pessoais

Comércio Atacadista e Varejista; Logística e Serviços Pessoais direcionados ao consumo das famílias

Dimensões do Plano Brasil Maior

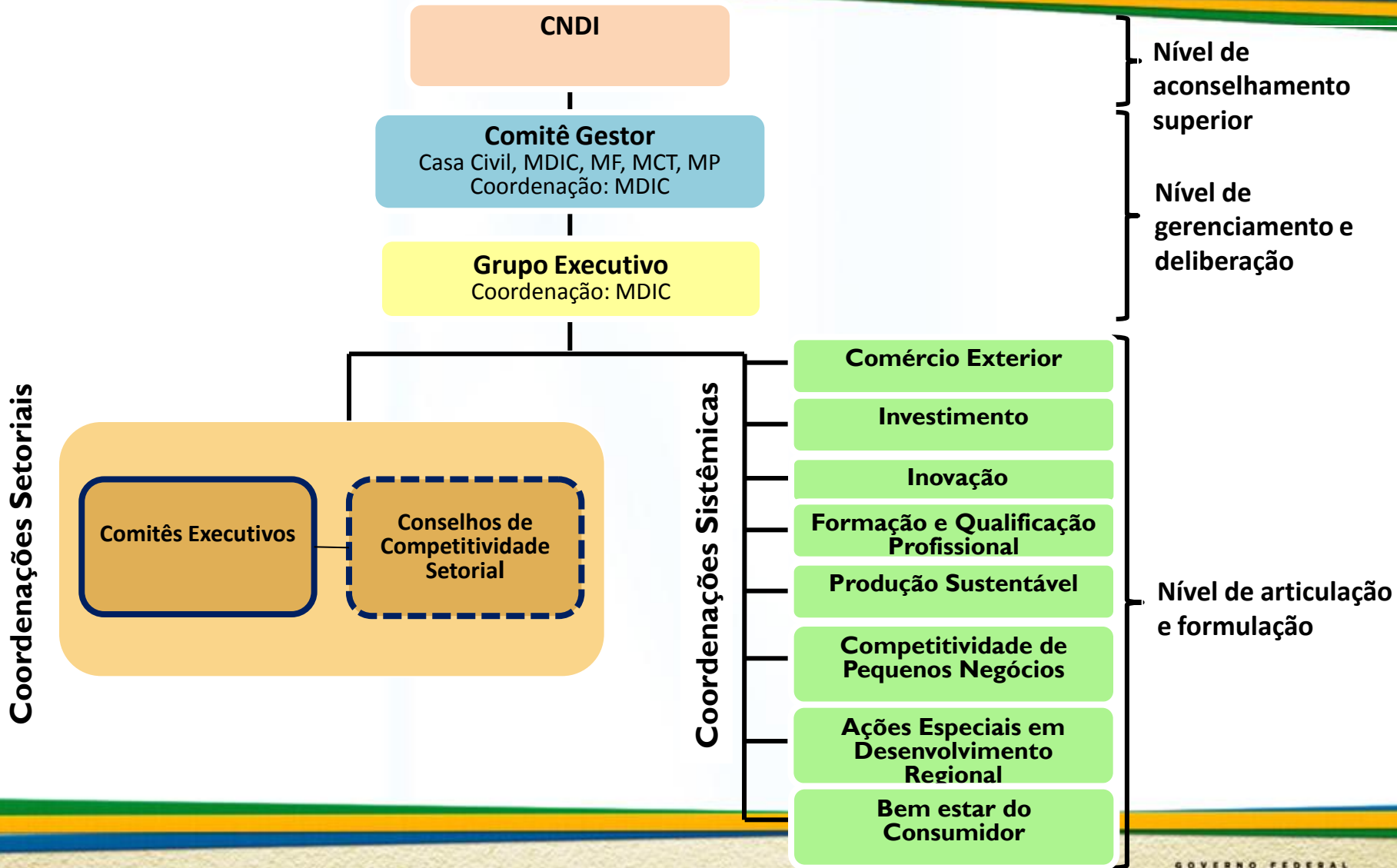
Dimensão Sistêmica

Temas prioritários para medidas transversais

- Comércio Exterior
- Incentivo ao Investimento
- Incentivo à Inovação
- Formação e Qualificação Profissional
- Produção Sustentável
- Competitividade de Pequenos Negócios
- Ações Especiais em Desenvolvimento Regional
- Bem-estar do Consumidor

- Foco e Prioridades
- Contexto
- Dimensões do Plano Brasil Maior
- **Estrutura de Governança**
- Conjuntura Econômica Atual
- Principais Medidas
- Objetivos Estratégicos e Metas

Sistema de Gestão



Sistema de Gestão - Competências

Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial – CNDI

- Estabelecer as orientações estratégicas gerais do Plano Brasil Maior , que subsidiarão as atividades do Sistema de Gestão

Composição:

- MDIC; Casa Civil; MCT; MF; MRE; MP; MI; MMA; MME; MAPA; MTE; MT; SG/PR; BNDES e 14 membros da sociedade civil indicados pela Presidente da República



Sistema de Gestão - Competências

Comitê Gestor

- Aprovar programas relativos ao PBM, bem como a metas e indicadores encaminhados pelo Grupo Executivo
- Acompanhar e supervisionar a implementação do Plano
- Promover a articulação entre as ações do Plano e entre essas e as demais ações sistêmicas do Governo Federal
- Avaliar o desempenho do Plano e determinar ajustes pertinentes ao Grupo Executivo
- Dispor sobre a estrutura e o funcionamento dos Comitês Executivos e dos Conselhos de Competitividade Setoriais
- Aprovar o regimento interno do Grupo Executivo e elaborar e aprovar seu próprio regimento

Composição:

- Titulares do MDIC; Casa Civil; MF; MPOG e MCT



Sistema de Gestão - Competências

Grupo Executivo

- Articular, consolidar e supervisionar os programas e as ações do Plano
- Criar Conselhos de Competitividade Setorial, Comitês Executivos, Coordenações Sistêmicas, designar seus membros e definir suas competências
- Receber e avaliar as propostas de criação e revisão dos programas temáticos e setoriais apresentados pelas instâncias de articulação e formulação e submetê-las ao CGPBM
- Criar e implementar o Sistema de Acompanhamento dos Programas e Ações do Plano (SAP/PBM)
- Elaborar relatórios de monitoramento e avaliação do Plano
- Elaborar seu regimento interno

Composição:

- MDIC; Casa Civil; MF; MPOG; MCT; ABDI; BNDES e FINEP



Sistema de Gestão - Competências

Comitês Executivos

- Formular e implementar agendas de trabalho setoriais, para o desdobramento dos objetivos e da orientação estratégica do Plano nas respectivas cadeias de valor

Conselhos de Competitividade Setorial

- Desdobrar os objetivos e a orientação estratégica do Plano nas respectivas cadeias de valor setoriais, em constante interlocução com os Comitês Executivos correspondentes

Os Comitês e Conselhos devem propor e executar Agendas de Trabalho que apontem iniciativas para alcançar objetivos e metas setoriais. Cada Agenda Setorial deverá conter:

- Desafios e Diretrizes Setoriais
- Objetivos e Mapa Estratégico
- Indicadores e Metas
- Iniciativas/Medidas/Instrumentos
- Responsáveis e Prazos



Sistema de Gestão - Competências

Coordenações Sistêmicas

- Subsidiar a Secretaria Executiva na definição de ações transversais do Plano
- Coordenadores indicados pelo Grupo Executivo



- Foco e Prioridades
- Contexto
- Dimensões do Plano Brasil Maior
- Estrutura de Governança
- **Conjuntura Econômica Atual**
- Principais Medidas
- Objetivos Estratégicos e Metas

Situação Internacional

Política econômica dos países desenvolvidos: orientações de ajuste fiscal pró-cíclicas tendem a aprofundar a recessão no centro da economia mundial



EUA: acordo para elevação do teto da dívida atrelado à redução de gastos públicos e do expansionismo monetário



Europa: atuação do Banco Central Europeu para minorar a crise de confiança em relação à dívida soberana dos grandes países condicionada a medidas contracionistas na zona do euro



Brasil: como consequência, o crescimento da economia brasileira passa a depender ainda mais do mercado interno

Política Fiscal no Plano Brasil Maior

- Espaço fiscal para execução da política industrial no Brasil mais restrito que em 2008
- Medidas de desoneração fiscal do Plano Brasil Maior focalizam itens de maior impacto: escolha criteriosa que maximiza resultados

- Foco e Prioridades
- Contexto
- Dimensões do Plano Brasil Maior
- Estrutura de Governança
- Conjuntura Econômica Atual
- **Principais Medidas**
- Objetivos Estratégicos e Metas

- **Estímulos ao Investimento e à Inovação**
 - Desonerações Tributárias
 - Financiamento ao Investimento e à Inovação
 - Marco Legal da Inovação
- **Comércio Exterior**
 - Desonerações das Exportações
 - Defesa Comercial
 - Financiamento e Garantias para Exportações
 - Promoção Comercial

- **Defesa da Indústria e do Mercado Interno**
 - Desoneração da Folha de Pagamento
 - Regime Especial Automotivo
 - Compras Governamentais
 - Harmonização de Políticas de Financiamento

Estímulos ao Investimento e à Inovação

Desonerações Tributárias

Medida	Descrição	Impactos
Redução de IPI sobre bens de investimento	Estender até dez/2012 a redução imediata de IPI sobre bens de capital, materiais de construção, caminhões e veículos comerciais leves (Decretos n 7.541, 7.542 e 7.543, 02/08/2011)	Redução do custo do investimento em capital fixo Renúncia fiscal (2011/2012): R\$ 8,03 bilhões
Redução prazo devolução créditos PIS-Pasep/Cofins sobre bens de capital	Redução gradual do prazo de devolução de créditos PIS-Pasep/Cofins sobre aquisição de bens de capital: de 12 meses para apropriação imediata (MP n 540, 02/08/2011)	Redução do custo do investimento em capital fixo Renúncia fiscal (2011/2012): R\$ 7,9 bilhões

Desonerações Tributárias

Medida

Descrição

Impactos

Ampliação do Simples Nacional

- Reajuste de 50% em todas as faixas de faturamento:
 - (i) de R\$ 120 para R\$ 180 mil
 - (ii) de R\$ 1,2 para 1,8 milhão
 - (iii) de R\$ 2,4 para 3,6 milhões
- Limite adicional de R\$ 3,6 milhões das exportações para fins de enquadramento
- Parcelamento do débito em até 60 meses
- Redução de 36 para 12 meses do prazo da baixa simplificada
- Dispensa da Declaração Anual do Simples Nacional

Fortalecer as MPEs brasileiras

Renúncia fiscal:
R\$ 4,42 bilhões

Ampliação do Microempreendedor Individual (MEI)

- Limite: de R\$ 36.000 para R\$ 60.000
- Alteração e baixa pela internet
- Declaração Única de Informações Sociais: todos os tributos e encargos trabalhistas recolhidos em guia única

Estímulo ao empreendedorismo e geração de renda

Renúncia fiscal:
R\$ 422 milhões

Financiamento ao Investimento

Medida	Descrição	Impactos
BNDES: extensão do PSI até dez/12	<ul style="list-style-type: none">- Orçamento: R\$ 75 bilhões- Taxa: de 4% a 8,7%- Focos mantidos: bens de capital, inovação, exportação, pro-caminhoneiro- Novos setores/programas: componentes e serviços técnicos especializados; equipamentos TICs; ônibus híbridos; Proengenharia; Linha Inovação Produção	<p>Ampliação do apoio à agregação de valor via inovação e aquisição/produção de bens de capital/componentes</p>
Ampliação capital de giro para MPMEs BNDES PROGEREN	<p>Novas condições de crédito e prazo:</p> <ul style="list-style-type: none">- Orçamento: de R\$ 3,4 para R\$ 10,4 bilhões- Taxa de juro: 10% a 13% a.a.- Prazo de financiamento: de 24 para 36 meses- Vigência prorrogada até dez/12- Novos setores incluídos (para médias empresas): autopeças, móveis e artefatos	<ul style="list-style-type: none">- Redução do custo de capital de giro- Mais recursos e melhores condições de crédito para capital de giro

Financiamento ao Investimento

Medida	Descrição	Impactos
Relançamento do Programa BNDES Revitaliza	Novas condições de financiamento ao investimento: <ul style="list-style-type: none">- Orçamento: R\$ 6,7 bilhões- Taxa fixa: 9% a.a.- Prazos flexíveis conforme projeto- Novo setor incluído: autopeças- Vigência até dez/2012	Redução do custo do investimento
Criação do Programa BNDES Qualificação	<ul style="list-style-type: none">- Apoio à expansão da capacidade de instituições privadas de ensino técnico e profissionalizante reguladas pelo MEC- Taxa de juros máxima: 8,3% a.a.- Orçamento: R\$ 3,5 bilhões	Ampliação da oferta de pessoal qualificado
BNDES: criação de Programa para Fundo do Clima (MMA)	Recursos para financiar projetos que reduzam emissões de gases de efeito estufa	Produção mais limpa

Financiamento à Inovação

Medida	Descrição	Impactos
Novos recursos para Finep	Aumento de crédito de R\$ 2 bilhões do BNDES para ampliar carteira de inovação da FINEP em 2011. Taxa: de 4% a 5% a.a.	Maior disponibilidade de crédito para inovação
BNDES: crédito pré-aprovado para planos de inovação empresas	Inclusão de planos plurianuais de inovação das empresas no BNDES Limite de Crédito Inovação	Maior agilidade na liberação de recursos para inovação
BNDES: ampliação dos programas setoriais	Ampliação de orçamento e condições de acesso aos programas setoriais do BNDES (Pro-P&G, Profarma, Prosoft, Pro-Aeronáutica e Proplástico) quando da sua renovação	Ampliação dos recursos para setores intensivos em conhecimento
BNDES: financiamento para redução de emissões	Apoio ao desenvolvimento tecnológico e à comercialização de bens de capital com selo de eficiência energética do INMETRO e para linhas de equipamentos dedicados à redução de emissões de gases de efeito estufa (Fundo Clima – MMA)	Produção mais limpa

Marco Legal da Inovação

Medida	Descrição	Impactos
Encomendas Tecnológicas	Permitir contratos com cláusulas de risco tecnológico previstas na Lei de Inovação (Decreto n 7.539, 02/08/2011)	Desenvolvimento de tecnologias de fronteira pelas compras públicas
Financiamento a ICTs privadas sem fins lucrativos	Permitir inclusão de projetos de entidades de ciência e tecnologia privadas sem fins lucrativos na utilização dos incentivos da Lei do Bem (MP n 540, 02/08/2011)	Cerca de 100 entidades de C&T privadas poderão ter projetos financiados por empresas brasileiras, duplicando universo de ICTs que podem atender empresas via Lei do Bem

Marco Legal da Inovação

Medida	Descrição	Impactos
Fundações de Apoio às ICTs	Permitir que as fundações de apoio atendam mais de uma ICT (Decreto n 4.544, 02/08/2011)	Ampliação da rede de interação universidade-empresa
Modernização do Marco Legal do Inmetro	<ul style="list-style-type: none">- Ampliação no controle e fiscalização de produtos importados- Ampliação escopo de certificação do Inmetro- Implementação da “Rede de Laboratórios Associados para Inovação e Competitividade”- Maior facilidade em parcerias e mobilização de especialistas externos (MP n 541, 02/08/2011)	<ul style="list-style-type: none">- Apoio ao combate e práticas enganosas de comércio;- Apoio à inovação na empresa

Comércio Exterior

Desonerações das Exportações

Medida

Descrição

Impactos

Instituição do Regime Reintegra

- Devolução de créditos residuais acumulados na cadeia produtiva em até 3% do valor exportado de manufaturados (MP n 540, 02/08/2011)

Redução do custo das exportações

Renúncia fiscal: R\$ 4 bilhões a.a.

Ampliar o ressarcimento de créditos aos exportadores

- Dar celeridade aos pedidos de ressarcimento de R\$ 19 bilhões
- A partir de out/2011 empresas com escrituração fiscal digital terão processamento automático dos pedidos, com pagamento em 60 dias
- Escrituração fiscal digital obrigatória para todas as empresas a partir de mar/2012

Redução do custo das exportações

Defesa Comercial

Medida	Descrição	Impactos
Intensificação da defesa comercial: antidumping, salvaguardas e medidas compensatórias	Redução de prazos: - 15 para 10 meses para investigação - 240 para 120 dias para aplicação de direito provisório	Maior eficácia na defesa contra importações desleais
Combate à circunvenção	Extensão de direitos antidumping ou de medidas compensatórias a importações cujo objetivo seja burlar medidas de defesa comercial em vigor	Maior eficácia ao combate às práticas desleais de comércio
Combate à falsa declaração de origem	Indeferimento da licença de importação no caso de falsa declaração de origem, após investigação	Maior eficácia ao combate às práticas ilegais de comércio
Combate a preços subfaturados	Fortalecimento da fiscalização administrativa dos preços das importações para identificação de casos de subfaturamento	Redução da exposição dos setores econômicos às importações ilegais

Defesa Comercial

Medida	Descrição	Impactos
Aperfeiçoamento da estrutura tarifária imposto importação com foco na Política	Apoiar, no âmbito do Mercosul, a proposta de criação de mecanismo para permitir aumento do imposto de importação	Maior flexibilização no uso do imposto de importação
Aumento da exigência de certificação compulsória	<ul style="list-style-type: none">- Instituição (ou ampliação) de tratamento administrativo para importações de produtos sujeitos à certificação compulsória e fortalecimento do controle aduaneiro desses produtos mediante cooperação entre INMETRO, SECEX e RFB- 150 novos servidores INMETRO	Isonomia entre produto nacional e importado
Fortalecimento do combate a importações ilegais	Acordo de cooperação MJ- MDIC para combater a violação de propriedade industrial e de certificação compulsória	Redução de importações ilegais

Defesa Comercial

Medida

Descrição

Impactos

Suspensão de ex-tarifário para máquinas e equipamentos usados

Revisão da Resolução CAMEX suspendendo a concessão de ex-tarifário para bens usados (Resolução Camex n 55, 09/08/2011)

Redução na Importação de bens de capital usados

Quadruplicar o número de investigadores de defesa comercial

Ampliar de 30 para 120 o número de investigadores de defesa comercial (MP n 541, 02/08/2011)

Aumento da capacidade de conduzir investigações simultâneas

Financiamento e Garantias para Exportações

Medida

Descrição

Impactos

Criação de Fundo de Financiamento à Exportação de MPME PROEX FINANCIAMENTO

- Fundo de natureza privada criado no BB
 - Empresas: faturamento até R\$ 60 milhões
 - União é principal cotista (aporte inicial)
 - Outras instituições poderão ser cotistas
 - Alimentado com os retornos futuros do PROEX Financiamento
 - Aprovação na alçada do BB
 - Seguro de crédito à exportação/FGE: sistema informatizado emissão de apólice *on line* BB ou BNDES
- (MP n 541, 02/08/2011)

- Nova fonte de recursos para financiamento à exportação das MPME
- Ampliação de acesso de pequenos exportadores ao seguro de crédito do FGE
- Instituição financeira única para todas as etapas do processo de exportação

Financiamento e Garantias para Exportações

Medida	Descrição	Impactos
Enquadramento automático PROEX EQUALIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">- Definição de <i>spreads</i> de referência que terão aprovação automática nas exportações de bens e serviços- Empresas com faturamento de R\$ 60 a R\$ 600 milhões continuarão com condições de financiamento equiparadas ao PROEX Financiamento	<ul style="list-style-type: none">- Previsibilidade e transparência para instituições financeiras e exportadores- Simplificação de procedimentos e aumento do número de beneficiários
FGE: limite rotativo instituições financeiras - países de maior risco	<ul style="list-style-type: none">- Fundo de Garantia à Exportação- Limite de US\$ 50 milhões ano- Pagamento do financiamento abre saldo para novas operações- Exportação de bens manufaturados	<ul style="list-style-type: none">- Ampliação de acesso de exportadores ao seguro de crédito do FGE- Viabiliza exportações para potenciais mercados de bens manufaturados

Promoção Comercial

Medida

Descrição

Impactos

Entrada em vigor ATA-CARNET

Facilitação da circulação dos bens em regime de admissão temporária - sem a incidência de tributos (Decreto n 7545, 02/08/2011)

Maior rapidez no despacho de amostras, bens em exposição, etc.

Estratégia Nacional de Exportações

Adoção de estratégia de promoção comercial por produtos/serviços prioritários em mercados selecionados e adoção dos Mapas de Comex por Estado

Ampliação e diversificação das exportações brasileiras, por produto e por destino

Defesa da Indústria e do Mercado Interno

Desoneração da Folha de Pagamento

Setores Intensivos em Trabalho

Medida	Descrição	Impactos
Desoneração da folha de pagamento: projeto piloto até 2012	<ul style="list-style-type: none">- Pagamento será transferido para o faturamento bruto (excluída da base de cálculo a receita bruta das exportações)- Setores beneficiados: Confecções, Calçados e Móveis (1,5%); Software (2,5%)- Impacto neutro sobre a Previdência Social- Comitê tripartite de acompanhamento: governo, sindicatos e setor privado (MP n 540, 02/08/2011)	<ul style="list-style-type: none">- Manutenção e geração de emprego- Estímulo à atividade produtiva- Renúncia fiscal: R\$ 1,3 bilhão a.a.

Regime Especial Automotivo

Medida	Descrição	Impactos
Criação Novo Regime Automotivo	<ul style="list-style-type: none">- Incentivo tributário como contrapartida ao investimento, agregação de valor, emprego e inovação- Assegurado os regimes regionais e acordo do Mercosul (MP n 540, 02/08/2011)	Aumento do investimento, agregação de valor, emprego e inovação

Compras Governamentais

Medida	Descrição	Impactos
Compras Governamentais Regulamentação da Lei 12.349/2010	<ul style="list-style-type: none">- Institui margem de preferência de até 25% nos processos de licitação para produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam às normas técnicas brasileiras- Foco nos setores: Complexo de Saúde, Defesa, Têxtil e Confecção, Calçados e TIC- As margens serão definidas levando em consideração, entre outros:<ul style="list-style-type: none">(i) geração de emprego e renda(ii) desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no país <p>(Decreto n 7.546, 02/08/2011)</p>	Estímulo à geração de emprego e à inovação tecnológica nos setores produtivos contemplados

Harmonização de Políticas de Financiamento

Medida

Descrição

Impactos

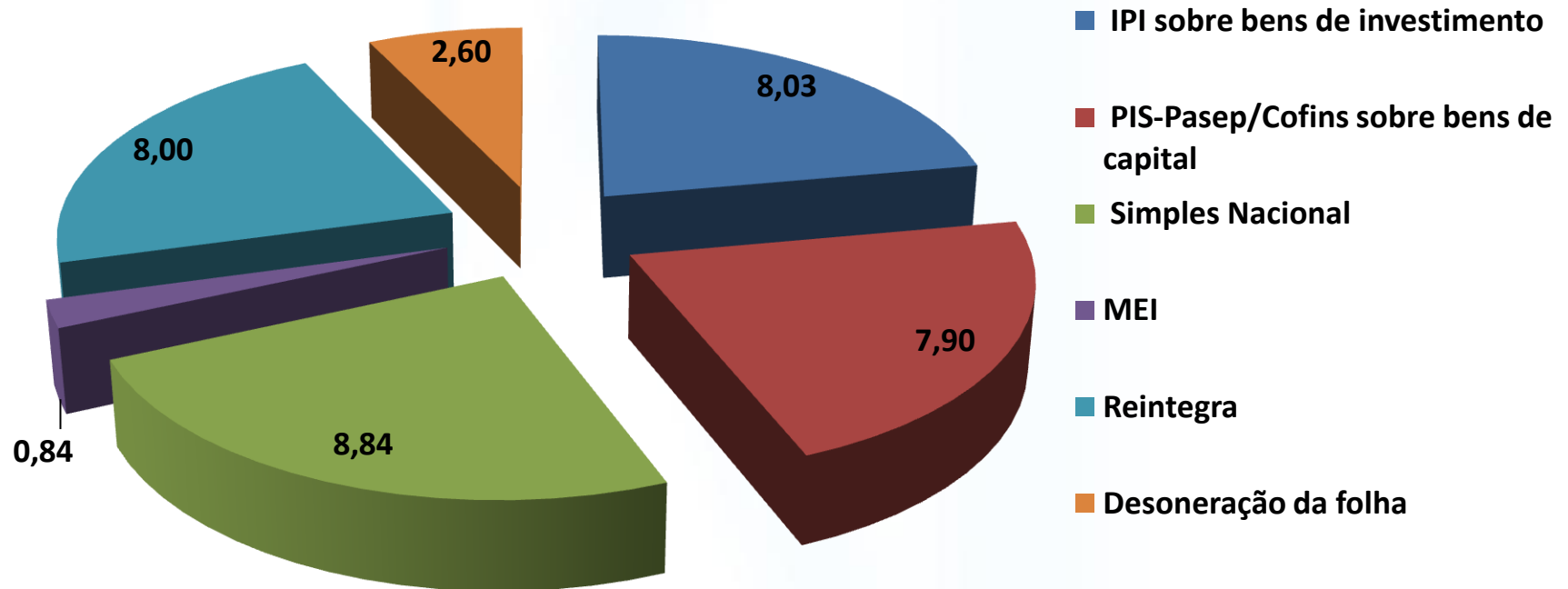
**Acordo Bancos Públicos:
harmonização políticas de
financiamento**

Harmonização das condições de financiamento dos bancos públicos com recursos da União (FAT, Fundos Constitucionais, recursos do Tesouro)

Agregação de valor e criação de empregos no país

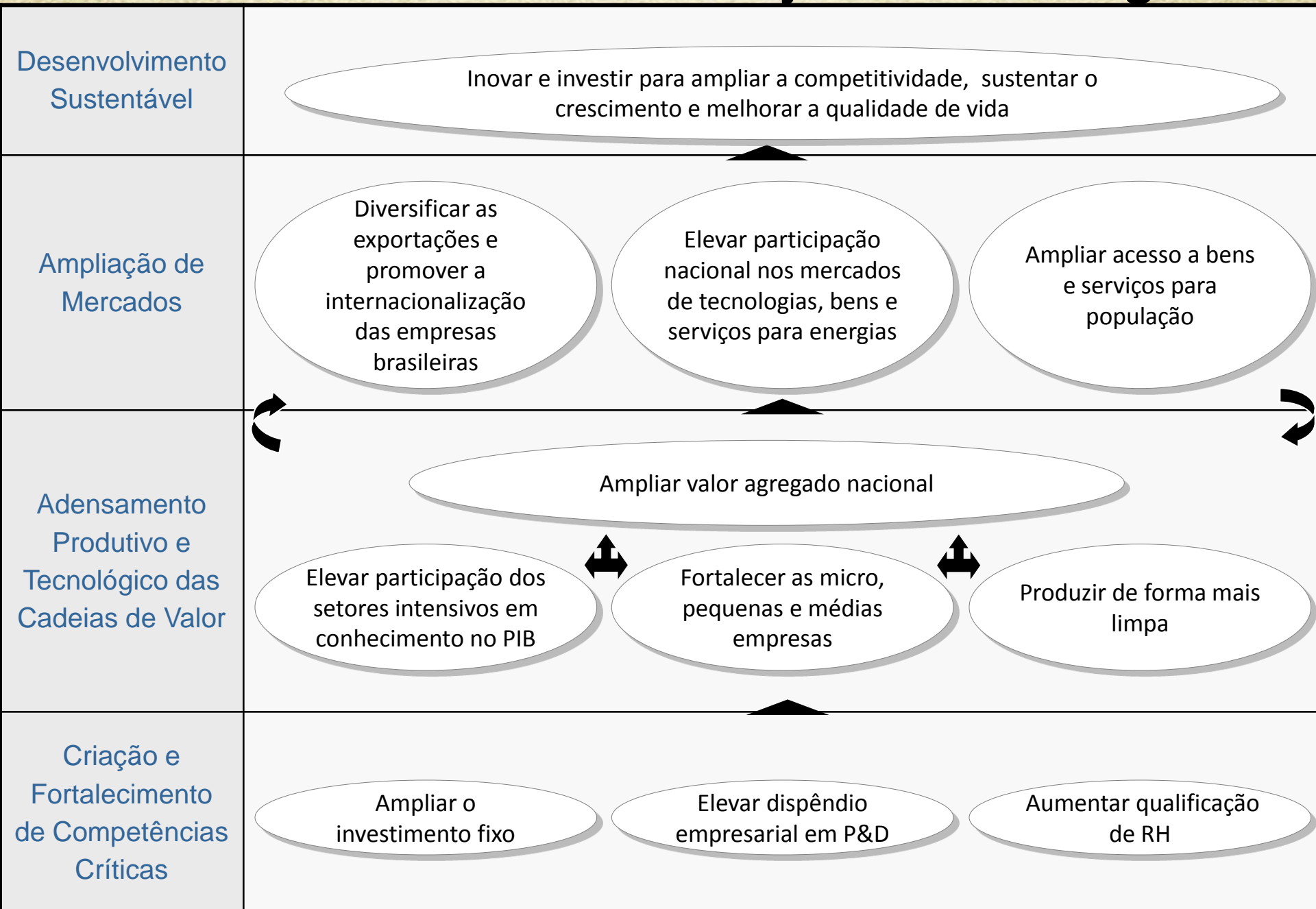
Desonerações Tributárias

Desonerações 2011/2012 - R\$ 36,21 bilhões



- Foco e Prioridades
- Contexto
- Dimensões do Plano Brasil Maior
- Estrutura de Governança
- Conjuntura Econômica Atual
- Principais Medidas
- **Objetivos Estratégicos e Metas**

Objetivos Estratégicos



Metas e Indicadores

1. Ampliar o investimento fixo em % do PIB

- Posição Base (2010): 18,4%
- Meta: 22,4%

2. Elevar dispêndio empresarial em P&D em % do PIB

- Posição Base (2010): 0,59%
- Meta: 0,90% (Meta compartilhada com ENCTI)

2.1. Meta Complementar: Elevar o dispêndio governamental em P&D em relação ao PIB de 0,62% (2010) para 0,90% (2014)

3. Aumentar qualificação de RH: % dos trabalhadores da indústria com pelo menos nível médio

- Posição Base (2010): 53,7%
- Meta: 65%

3.1. Meta Complementar 1: Aumentar em 50% o número de formandos em cursos técnicos e profissionalizantes.

3.2. Meta Complementar 2: Aumentar de 7% (2009) para 10% (2014) a participação dos trabalhadores na indústria com nível superior completo.

3.3. Meta Complementar 3: Aumentar a participação dos formados em engenharia no total dos trabalhadores com curso superior na indústria de 5,9% (2009) para 11,8% (2014)

Metas e Indicadores

4. Ampliar valor agregado nacional: aumentar Valor da Transformação Industrial/ Valor Bruto da Produção (VTI/VBP)
 - Posição Base (2009): 44,3%
 - Meta: 45,3%
 - 4.1. Meta Complementar 1: Aumentar a participação da indústria de transformação no PIB, de 15,8% (2010) para 17% (2014).
 - 4.2. Meta Complementar 2: Ampliar participação do VTI da indústria de alta e média-alta tecnologia no PIB, de 7,4% (2009) para 9,0% (2014).
5. Elevar % da indústria intensiva em conhecimento: VTI da indústria de alta e média-alta tecnologia/VTI total da indústria
 - Posição Base (2009): 30,1%
 - Meta: 31,5%
6. Fortalecer as MPMEs: aumentar em 50% o número de MPMEs inovadoras
 - Posição Base (2008): 37,1 mil
 - Meta: 58,0 mil

Metas e Indicadores

7. Produzir de forma mais limpa: diminuir consumo de energia por unidade de PIB industrial (consumo de energia em tonelada equivalente de petróleo - tep por unidade de PIB industrial)
 - Posição Base (2010): 150,7 tep/ R\$ milhão
 - Meta: 137,0 tep/ R\$ milhão (estimativa a preços de 2010)

7.1. Meta Complementar: Reduzir o consumo de óleo combustível e carvão mineral na indústria, de 15,6% (2009) para 14% (2014).
8. Diversificar as exportações brasileiras, ampliando a participação do país no comércio internacional
 - Posição Base (2010): 1,36%
 - Meta: 1,6%

8.1. Meta Complementar 1: Diminuir o déficit da balança comercial de manufaturados e semimanufaturados em relação ao PIB em 40%.

8.2. Meta Complementar 2: Elevar a participação das exportações da indústria de alta e média-alta intensidade tecnológica nas exportações de produtos industriais, de 35,5% (2010) para 40% (2014).

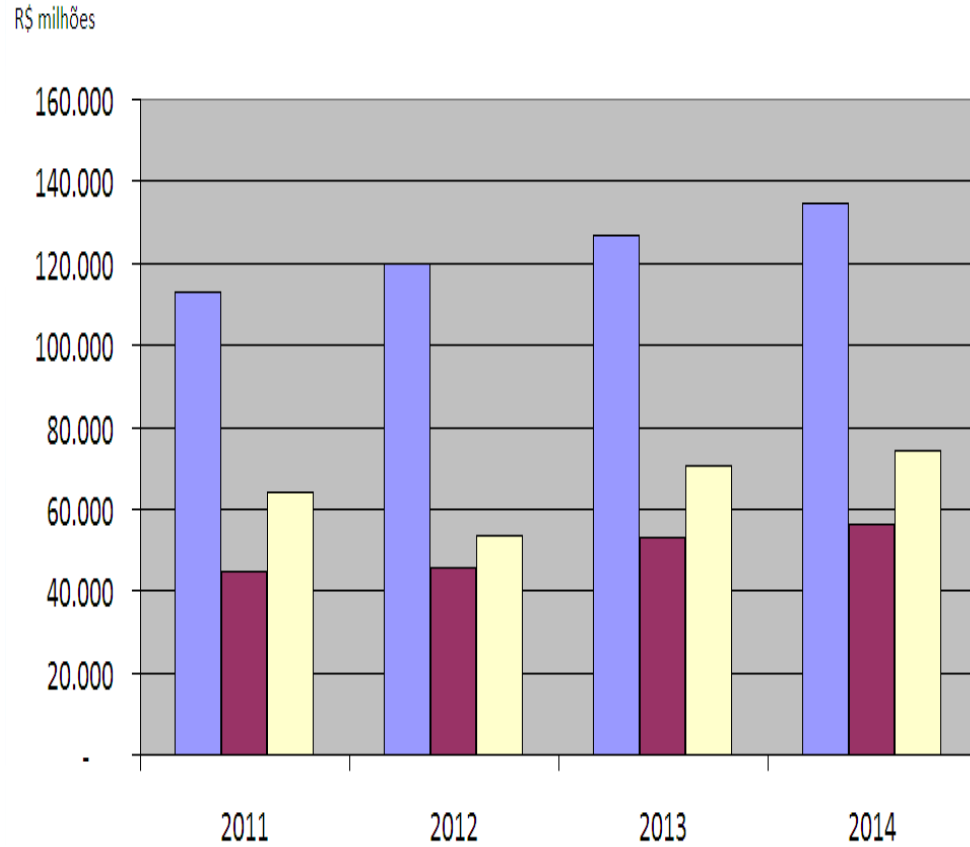
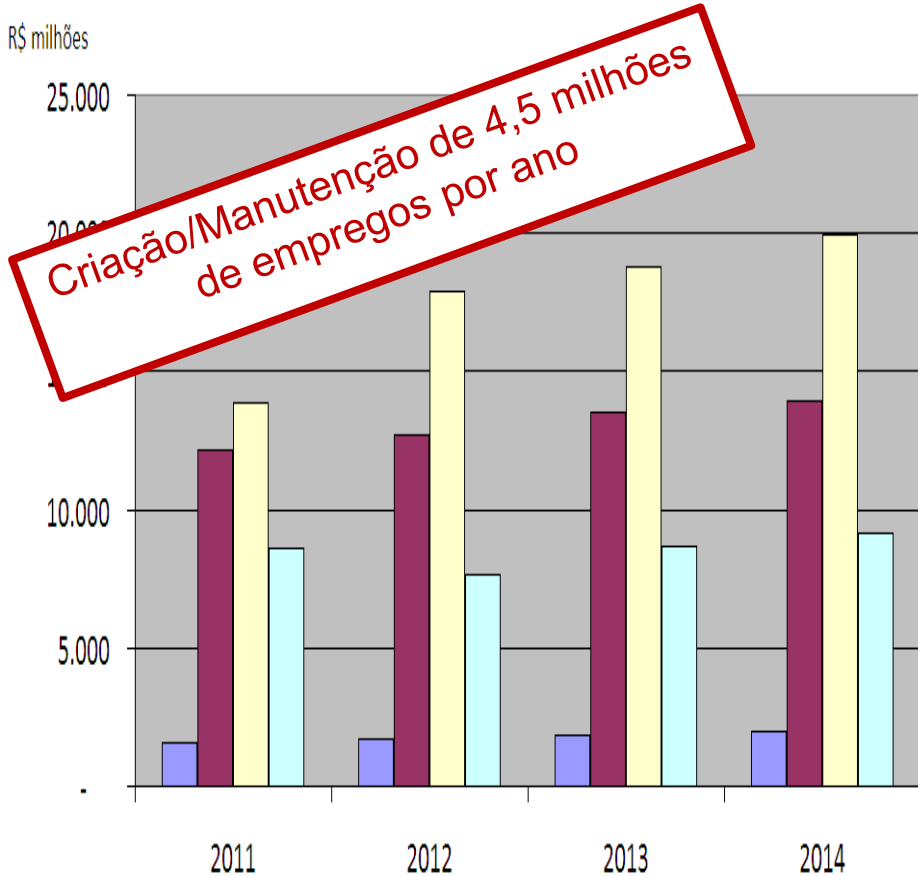
8.3. Meta Complementar 3: Ampliar o estoque de IED das empresas brasileiras no exterior, de US\$ 164 bilhões (2010) para US\$ 240 bilhões (2014).

9. Elevar participação nacional nos mercados de tecnologias, bens e serviços para energias: aumentar Valor da Transformação Industrial/ Valor Bruto da Produção (VTI/VBP) dos setores ligados a energia
 - Posição Base (2009): 64,0%
 - Meta: 66,0%
10. Ampliar acesso a bens e serviços para qualidade de vida: ampliar o número de domicílios urbanos com acesso a banda larga (PNBL)
 - Posição Base (2010): 13,8 milhões
 - Meta: 40 milhões de domicílios (Meta PNBL)

O BNDES no Plano Brasil Maior 2011/2014

Estimativas de desembolso por objetivo estratégico

Estimativa de desembolso total do BNDES p/ a Política 2011/14 = R\$ 500 bilhões



■ Elevar dispêndio empresarial em P&D ■ Diversificar as exportações e internacionalização
■ Elevar fornecimento nacional para energias ■ Produzir de forma mais limpa

■ Ampliar investimento fixo ■ Fortalecer MPME's ■ Elevar % setores intensivos conhecimento no PIB

Desembolso 2011-2014 por Objetivo Estratégico

- Ampliar Investimento Fixo: R\$ 500 bilhões
- Elevar Dispendio Empresarial em P&D: R\$ 7 bilhões
- Setores Intensivos em Conhecimento: R\$ 262 bilhões
- Fortalecer MPMEs: R\$ 200 bilhões
- Produção Sustentável: R\$ 34 bilhões
- Diversificar Exportações: R\$ 52 bilhões
- Desenvolver Cadeias de Suprimento em Energias: R\$ 70 bilhões

Principais Medidas (1 de 2)

- Plano Conjunto BNDES-Finep de Apoio à Inovação Tecnológica Industrial dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico – PAISS: R\$ 1 bilhão em 4 anos **Operacional**
- Criação do Programa BNDES Fundo de Inovação em Meio Ambiente p/ apoio a empresas voltadas ao desenvolvimento de tecnologias limpas: R\$ 135 milhões **Esperando CMN**
- Duplicação do limite de financiamento do BNDES Automático para R\$ 20 milhões **Operacional**
- Ampliação do BNDES Progeren (capital de giro para MPMEs) até o fim de 2012 **Em operacionalização em Agosto**
 - Orçamento elevado de 3,4 bilhões para R\$ 10,4 bilhões
 - Taxas fixas de 10% a.a. a 13% a.a.
 - Prazo total aumentado de 24 meses para 36 meses
 - Inclusão de novos setores: autopeças, móveis e artefatos de madeira
- Relançamento do BNDES Revitaliza até o fim de 2012 **Esperando Portaria de Equalização TN**
 - Orçamento de 6,7 bilhões
 - Taxa fixa de 9% a.a.
 - Inclusão do setor de autopeças
- Prorrogação do PSI até 31/12/12 (orçamento de R\$ 75 bilhões e taxas fixas de 4% a 8,7% a.a.) **Operacional**
 - Orçamento de R\$ 75 bilhões e taxas fixas de 4% a.a. a 8,7% a.a.
 - Focos mantidos: bens de capital, inovação, exportação e pro-caminhoneiro
 - Novos setores/programas: componentes e serviços técnicos especializados, equipamentos TICs, ônibus híbridos, proengenharia e Linha Inovação Produção

Principais Medidas (2 de 2)

- Restrição aos financiamentos a equipamentos importados no BNDES: despesas de internação terão obrigatoriamente como custo financeiro a cesta de moedas

Operacional

- Reforço orçamentário e melhoria das condições de acesso dos Programas Setoriais (Profarma, Prosoft, Proaeronáutica e Proplástico) à época de sua renovação

➤ BNDES Pro P&G foi criado com orçamento de R\$ 4 bilhões até 2015

Operacional

- Ampliação do acesso às Linhas de Inovação do BNDES: crédito pré- aprovado para planos de investimento em inovação

Operacional

- Criação do BNDES Pro Qualificação para apoiar escolas técnicas e profissionalizantes credenciadas no MEC e ampliar a oferta de vagas associadas às demandas da Política Industrial: orçamento de R\$ 3,5 bilhões

Em operacionalização em Agosto

- Parceria BNDES-Finep para inovação: foram acordados mais R\$ 2 bilhões (taxas fixas de 4% a 5%), além do R\$ 1,75 bilhão já acertado anteriormente

1a tranche já Operacional. 2a tranche esperando TN (aval)

BRASIL MAIOR

Inovar para competir. Competir para crescer.

Ministério do
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA